

CONCEPÇÕES DE DOCENTES E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE A SITUAÇÕES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO A ESTUDANTES LGBTQIA+

Júlia França Nóbrega¹
Yassmin Alves Dantas²
Lucas Henrique Santos Ferreira³
Roseane Zumba da Silva⁴
Izayana Pereira Feitosa⁵

RESUMO

As questões referentes à diversidade sexual e à sexualidade estão por vezes inseridas em um contexto de silenciamento e repressão, não havendo, eventualmente, a possibilidade do diálogo sobre os assuntos, de forma a contribuir e perpetuar com o ideário de tabu social e estigmatização que os envolvem. Diante disso, este trabalho objetivou conhecer as concepções de professores de escolas públicas e privadas acerca da homofobia no ambiente escolar e suas práticas pedagógicas frente a isso, e justificou-se através de uma problematização e categorização das falas desses docentes, em relação a como essas questões têm sido abordadas no ambiente escolar, nos ensinamentos fundamental e médio, da zona urbana do município de Cuité/PB. A pesquisa foi delineada através da metodologia qualitativa, contando com 42 participantes, os quais responderam um formulário com perguntas subjetivas e objetivas sobre o tema. Dentre os principais resultados encontrados, verificou-se que 69% dos professores já haviam presenciado alguma situação de preconceito e discriminação contra estudantes LGBTQIA+, que 96,4% desses atos preconceituosos partiram de estudantes. Quando indagados se haviam realizado alguma intervenção, verificou-se que havia uma Ausência de Sistematização destas e a Falta de Preparo Profissional. 76,6% dos participantes também relataram que não tiveram nenhuma formação para trabalhar com essas temáticas.

Palavras-chave: Gênero, Diversidade Sexual, Homofobia, Professores.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, nobregajulia07@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, y.yassmin@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, santos.ferreira@estudante.ufcg.edu.br;

⁴ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, roseannezumba2013@hotmail.com;

⁵ Professora orientadora: Doutora pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da Unidade Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande Faculdade Ciências - UFCG, izayanafeitosa@gmail.com.

As questões referentes à diversidade sexual estão por vezes envoltas em um silenciamento, reprimindo o assunto sempre que ele venha à tona, de forma a contribuir e perpetuar com o ideário de tabu social que o envolve. É importante frisar que a escola é uma instituição de grande influência no debate acerca da delimitação da identidade de gênero e diversidade sexual em nossa sociedade. Tendo ela um papel fundamental na mudança de perspectiva dos indivíduos, na medida em que colabora com a manutenção do respeito às diversidades somadas às discussões em relação aos direitos humanos e a promoção da igualdade, proporcionando o enfrentamento do preconceito contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais - LGBTQIA+.

Para debatermos questões relacionadas a gênero é necessário aproximar os conceitos de sexo, sexualidade e diversidade sexual e diferencia-los a luz da literatura. Scott (1990), diz que a categoria gênero surge inicialmente a partir do movimento feminista norte americano, pautado nas questões sociais em torno das diferenças referente ao sexo e posicionando-se veementemente contra o determinismo biológico. O gênero deve ser compreendido como um conceito subjetivo e fluido, algo que é construído ao longo das nossas vidas e que está intrinsecamente relacionado a fatores sociais, culturais e educacionais (SCAVONE, 2008).

Já o sexo faz menção às características físicas do corpo humano relacionadas aos órgãos genitais, enquanto sexualidade diz respeito a atração afetiva e sexual de um indivíduo por outro (MARTINS, 2021). Por via de regra, esses conceitos, mal interpretados e pouco abordados pela sociedade, dão suporte a um padrão cultural que se baseia em um determinismo à sexualidade e no binarismo biológico. Dessa forma, a compreensão das questões de gênero devem ir além da visão restritiva que pauta o senso comum, tendo em vista que sexo não é a mesma coisa que gênero. A diversidade sexual é caracterizada por Vianna (2015), como uma forma original de manifestação tanto das expressões identitárias, quanto da própria sexualidade. No entanto, mesmo sendo legítima a existência da diversidade no âmbito da sexualidade, percebe-se que quando um indivíduo vai no sentido contrário ao que é pré estabelecido socialmente, ou seja, o padrão cis e heteronormativo, ele é estigmatizado e sujeito a sofrer com incisivos marcadores sociais pautados na homofobia.

O debate que gira em torno do gênero e da diversidade sexual está cada vez mais intensificado por dispositivos políticos-sociais e ativistas, têm possibilitado que essas discussões tenham cada vez mais destaque na sociedade e, conseqüentemente, nas escolas. No

entanto, como nos fala Santos, Jesus e Miranda (2021), essa temática nas salas de aula brasileiras, assim como na sociedade de maneira geral, continuam escondidas e minimizadas. Assuntos relacionados ao tema vivem em um esconderijo permanente, o que converge para um escancaramento das desigualdades onde essas discussões não chegam. Percebe-se que essa não compreensão por parte de um corpo social - majoritariamente conservador - tem corroborado com a banalização das expressões legitimadas pela diversidade sexual, “determinando, compelindo, oprimindo, coagindo, segregando e violentando o direito natural e pessoal de cada pessoa gozar a multiplicidade da sua sexualidade e identidade de gênero” (MARTINS, 2021).

Esse fato vai na direção contrária do que propõem os documentos oficiais da educação, como por exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN 's) (BRASIL, 1997), que visualizam nas escolas um ambiente de grande potencialidade no que diz respeito ao poder transformador da educação e a centralidade estratégica dada a esse dispositivo como via possível para a promoção da equidade social. Dessa forma, o que deveria se tornar políticas de inclusão e manutenção da dignidade humana, acaba por reforçar os padrões e praxes impostos nos seres humanos pelo corpo social que estabelece padrões de gênero e sexualidade para a construção da personalidade do indivíduo (MARTINS, 2021).

Uma pesquisa realizada por Nogueira *et al.* (2016), com professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a qual objetivou compreender a utilização de material didático sobre educação sexual e sexualidade, apontou que os professores participantes restringiam o significado de “sexualidade” apenas a aspectos biológicos, configurando assim, uma compreensão resumida e carregada de um estigma social sobre a temática, em contrapartida, quando os estudantes traziam perguntas relacionadas ao tema, o diálogo sempre acontecia. Os professores também relataram que a educação sexual é algo necessário para prevenir doenças e quebrar tabus sociais, e quanto aos materiais didáticos utilizados, argumentaram que existem poucos disponíveis na instituição, pautando assim as aulas pelo diálogo, sem o uso de materiais específicos, apesar de alguns relatarem a utilização de livros, slides e filmes sobre o tema.

As políticas públicas de combate à homofobia existentes no Brasil têm avançado e ganhado cada vez mais notoriedade dentro da sociedade e, conseqüentemente, dentro das escolas brasileiras (VIANNA, 2015). No entanto, mesmo com a aplicação de políticas que

visam instigar o debate e a valorização dos direitos humanos em relação a gênero e sexualidade, os estudos na área nos mostram que as escolas brasileiras ainda lidam de forma obsoleta com a temática, como apontado na pesquisa acima. De acordo com Seffner (2011), Costa (2012), Alós (2011) e Ferreira (2013), às instituições escolares têm pautado suas práticas pedagógicas acerca da diversidade sexual a partir de preceitos patologizantes e preconceituosos em relação ao público que não corresponde ao padrão cis heteronormativo.

Apesar da escola ser um ambiente propício para se compreender na contemporaneidade as relações de gênero, alunos e professores sofrem com os marcadores de violência comuns nesses espaços. Relacionado a isso, é necessário considerar as cobranças sofridas pelas escolas no que tange os assuntos de gênero e sexualidade, pois, de acordo com Seffner (2011) instâncias como a família, sociedade e poderes políticos exigem das escolas e professores que adequem os debates de acordo com preceitos particulares.

A educação sexual nas escolas possibilita um debate construtivo tanto para professores, quanto para estudantes, acerca de conhecimentos que tangenciam a sexualidade e suas formas de expressão. Ela vem se apresentando como algo necessário, tendo em vista “que contribui para a construção da personalidade dos indivíduos e oportuniza questionamentos, reflexões e discussões que resgatam a marca humana da sexualidade: amor, afeto, qualidade nas relações sexuais e sociais” (GAGLIOTTO e LEMBECK, 2011, p. 01). O estudo organizado por Miriam Abramovay, publicado em 2015, intitulado “Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?”, objetivou conhecer os aspectos da juventude frequentadora da instituição escolar, identificando assim qual o lugar da escola na produção do conhecimento, discutindo as motivações da evasão e da permanência escolar. Os resultados indicam que temas sobre identidade e convivência social, tais como racismo e homofobia vem ganhando muito espaço nas instituições através da fala dos estudantes.

Concomitante a isso, se faz necessário na análise desse cenário pontuar a influência dos professores no processo de formação dos indivíduos. Nesse sentido, diversos estudos versam a respeito de como o docente tem abordado questões de gênero e diversidade sexual nas escolas, apontando as dificuldades existentes principalmente em relação à falta de formação para trabalhar com essa temática (MADUREIRA E UCHOA, 2015). Além disso, dizem a respeito da predominância de um discurso que copia os padrões sociais da

heteronormatividade tanto no que concerne aos professores, como no que diz respeito ao conteúdo dos materiais didáticos (GIZZO; RIPPOL, 2015).

Diante disso, este trabalho objetivou conhecer as concepções de professores de escolas públicas e privadas acerca da homofobia neste ambiente e suas práticas pedagógicas frente a isso. Ademais, se justifica dentro desse cenário que urge uma problematização em relação a como tem sido abordado pelos docentes as questões referentes a gênero e diversidade sexual, pois, segundo Santos, Jesus e Miranda (2021, p. 74), “as mudanças institucionais dependem da mobilização e mudança das pessoas que coexistem nos profissionais”.

METODOLOGIA

Trata-se de uma coleta individual e única de dados, com população de estudo definida, o trabalho é do tipo transversal e de campo. Sua abordagem é do tipo qualitativa, tendo em vista que foi descrito e analisado as concepções de 42 docentes acerca da temática de diversidade sexual e como eles atuam em situações que envolvem essas questões. Participaram deste estudo, professores atuantes em escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio da zona urbana de um município de pequeno porte, no interior da Paraíba. Sendo duas das escolas de ensino médio, seis de ensino fundamental e uma escola particular de ensino fundamental e médio, totalizando nove escolas.

O estudo utilizou como ferramenta para coleta de dados um questionário aplicado via plataforma *Google Forms*. Ele foi composto por perguntas subjetivas e objetivas e dividido em três partes: na primeira, os participantes responderam questões relacionadas aos dados sociodemográficos; na segunda, perguntas relacionadas aos conceitos de gênero e diversidade sexual; e a terceira parte, às questões abordam ações dos docentes em sala de aula e no meio escolar frente ao tema em questão.

Os dados obtidos a partir das questões subjetivas foram analisados e categorizados com base na análise de conteúdo, proposta pela autora francesa Laurence Bardin (1977). Neste método, o material coletado é classificado, geralmente em temas ou categorias, para que seja possível o entendimento das respostas dadas pela população-alvo. A autora divide o método em três etapas para que os dados sejam analisados significativamente, são elas: pré-análise (planejamento do trabalho e escolha dos documentos), exploração do material

(análise dos dados e codificação) e tratamento dos resultados e interpretações (divisão dos dados codificados em categorias e inferências sobre tais).

Ao que se refere aos aspectos éticos, foram requeridos inicialmente os Termos de Autorização Institucional da Direção do Centro de Educação e Saúde da UFCG, da Secretaria Municipal de Educação do município em questão e Gerência Estadual de Educação da Paraíba para que o estudo fosse desenvolvido a partir da pesquisa com os(as) docentes das escolas participantes. Caracterizando-se uma pesquisa que envolve a participação de seres humanos, fez-se necessário a compatibilidade com a Resolução no 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público das(os) docentes participantes desta pesquisa identificou-se 73,8% com o gênero feminino e apenas 26,2% com o gênero masculino. 35,7% do grupo amostral atua no Ensino Fundamental II, a grande maioria lecionando em mais de uma disciplina ao mesmo tempo (23,8%). É válido ressaltar que os dados analisados neste artigo fazem parte de um estudo maior, e que este contemplou apenas as perguntas referentes à diversidade sexual e as ações dos docentes em sala de aula e no meio escolar frente ao tema em questão.

Para identificar se algum dos professores já haviam presenciado alguma situação de discriminação e preconceito contra estudantes LGBTQIA+ realizamos a seguinte pergunta “*Você já presenciou alguma situação de preconceito e discriminação contra estudantes LGBTQIA+?*”, apresentando-se as opções de respostas como “sim” e “não”. Frente a isso, identificou-se duas categorias: 69% dos professores marcaram a opção “sim”, e em contrapartida, 31% indicaram a opção “não”.

Ao comparar estes dados aos da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015, apresentada em relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016), a qual explicitou que: em um contexto de agressão no ambiente escolar por orientação sexual, 73% dos estudantes já haviam sofrido violência verbal e 27% violência física, já quando a agressão é feita devido a identidade ou expressão de gênero - ainda no contexto escolar -, 68% foram agredidos verbalmente e 25% fisicamente; torna-se importante ressaltar o fato de que apesar de nossos dados serem referentes ao ano de 2020, o percentual de professores que presenciaram cenas

de preconceito contra estudantes LGBTQIA+ permanece semelhante ao percentual de estudantes que sofreram essas agressões em 2016, o que leva a crer que, no intermédio desses 4 anos, os percentuais de homo e/ou transfobia nas escolas se mantiveram fixos.

Para dar linearidade aos dados da questão anterior, perguntamos: “*De quem partiu o ato preconceituoso e discriminatório?*”; aos docentes que haviam afirmado já presenciar cenas de preconceito e discriminação contra estudantes LGBTQIA+. Estes afirmaram que: 96,4% dos atos de preconceito e discriminação presenciados partiram dos próprios estudantes, 14,3% partiram dos professores e 17,9%, a discriminação e o preconceito partiu de outros funcionários da instituição.

De acordo com Abramovay (2015), 19,3% dos estudantes não gostariam de ter como colegas de classe pessoas LGBTQIA+, ressaltando que dessa porcentagem 31,3% são estudantes do sexo masculino, caracterizando assim a homofobia como um dos principais tipos de preconceitos presentes nas escolas. Correlacionando os nossos dados aos do autor, é salutar que para além do fato de que a maioria dos atos preconceituosos partem dos próprios estudantes, a homofobia também se faz presente nas demais instâncias escolares, o que se torna um fator agravante no que diz respeito a manutenção de uma estrutura preconceituosa e discriminatória no âmbito escolar.

Tendo em vista os 69% dos docentes que afirmaram ter presenciado esse tipo de situação, realizamos a seguinte pergunta: “*Você fez alguma intervenção? Isto é, como você atuou nessa situação?*”, a análise de conteúdo das respostas permitiu a elaboração de três categorias, sendo elas:

Ausência de sistematização: nesta categoria foram inseridas respostas que contemplavam, até certo ponto, algum tipo de conscientização sobre educação sexual e diversidade de gênero, porém de uma forma pouco sistematizada, deixando lacunas no que diz respeito a efetividade das intervenções educativas realizadas - muitas vezes pautadas na repressão - para com os estudantes. A exemplo de: “*Sim, as situações são as mais diversas. Porém, busco intervir principalmente com o foco no direito ao respeito e, quando o contexto permite oriento algum tipo de leitura, material. Costumo tbm organizar eventos que trabalhem a temática. Mas, as vezes não consigo colocar em prática. A escola não é representada só por mim. E, infelizmente, ainda encontro barreiras.*”; “*Já, Repreensão durante a aula mostrando que*

precisamos respeitar as maneiras das pessoas se relacionarem e a escolha individual de cada um.”

Falta de preparo profissional: Nessa categoria foram enquadradas respostas de cunho sensacionalista, que demonstram uma falta de preparo profissional ao se debater sobre a temática. A exemplo: *“Sim, eu perguntei ao agressor que se ele fosse envolvido em um acidente e chegasse em um hospital entre a vida e a morte e único médico de plantão fosse homossexual ele aceitaria o atendimento ou preferia morrer; foi apenas um exemplo mas ele ficou refletindo sobre a situação alegou que se estivesse nessa situação não saberia.”*

Sem justificativa: Aqui foram enquadradas respostas vagas, sem muitas explicações, como por exemplo: *“Sim.”*

A maior incidência de resposta foi na categoria “ausência de sistematização”, o que demonstra um conhecimento mínimo e insuficiente por parte dos docentes, no que diz respeito à teoria e aplicação referentes à temáticas que abordem a educação sexual. Já na categoria “falta de preparo profissional”, o cunho sensacionalista das respostas que ali se enquadraram apontam para o desconhecimento total acerca da práxis que tangencia a educação sexual. Vale ressaltar também o fato de que, apesar de 32,2% das atitudes preconceituosas e discriminatórias partirem dos professores ou outros funcionários da instituição, todas as respostas acerca das intervenções foram voltadas com um enfoque nos estudantes, levando em consideração que apenas uma fala sobre a tentativa de organização de eventos sobre a temática para toda a escola.

Abramovay (2015) indica que estudantes sentem falta do debate sobre sexualidade nas escolas, ressaltando o fato de que a instituição deve levar em consideração o plano familiar desses jovens, que muitas vezes não possuem o acesso à informação em casa. Fazendo uma correlação com nossos dados, frisar que apesar de ser dos estudantes o maior percentual de atitudes preconceituosas e discriminatórias, ações corretivas repressoras somadas a falta de um debate qualificado acerca do tema nesses espaços, para além de um trabalho voltado única e exclusivamente para a correção da atitude do discente enquanto há a possibilidade de um funcionário da instituição - docente ou não - também cometer tais atitudes, podem vir a ser influenciadores dessas incidências.

Para dar encaminhamento aos debates levantados pelas perguntas anteriores, questionamos aos participantes: *“Você teve/tem acesso a formação em gênero e diversidade*

sexual?”. Sendo apresentadas a eles as opções de resposta: “SIM”, a qual obteve 21,4% das respostas; e “NÃO”, que recebeu 76,6%. Observa-se, portanto, que a maioria dos docentes participantes da pesquisa não recebeu nenhum tipo de formação em gênero e diversidade sexual, o que, em certa medida, justifica as formas interventivas postas no item anterior, às quais explicitaram os impactos reais dessa não formação.

Nogueira et al (2016) postulam a existência de uma carência no que diz respeito à capacitação de professores perante temáticas acerca de gênero e diversidade sexual. Os autores indicam que é responsabilidade do educador formular e instigar a produção de debates relativos a temáticas variadas, promovendo assim uma ampliação do que se refere ao conhecimento de mundo do estudante, logo uma formação profissional que prepare o professor para situações e discussões que envolvam a educação sexual é algo imprescindível, tendo em vista que na prática, como indicam as categorias do item “*Você fez alguma intervenção? Isto é, como você atuou nessa situação?*”, o pouco conhecimento sobre a temática somado a falta de um preparo profissional, provocam por vezes intervenções de cunho repressivo.

Agora, levando em consideração apenas os 21,4% que responderam “SIM”, questionamos “*Caso tenha respondido “sim” para a questão 9, em qual tipo de formação teve/tem acesso?*”, oferecendo-lhes as seguintes opções de resposta: “FORMAÇÃO INICIAL”, que obteve 72,7% das respostas; “FORMAÇÃO CONTINUADA”, com 18,2%; e “AMBAS”, com apenas 9,1%. Constata-se que a grande maioria dos profissionais que tiveram algum tipo de formação para o tema contaram apenas com a formação inicial, não havendo assim preparo suficiente para o manejo do debate em sala de aula.

De acordo com Gagliotto e Lembeck (2011), a escola vem passando por diversos percalços no que diz respeito a sua estrutura, sendo uma dessas dificuldades a formação dos educadores, o que somado aos outros empecilhos vem a provocar um desestímulo em sua atuação. As autoras também apontam que a soma desses fatores à insegurança acerca da temática, seja essa insegurança pessoal ou acadêmica, acabam por prejudicar o debate, muitas vezes silenciando-o. Madureira e Branco (2015), também indicam que existe uma falha - apontada por professores - no que diz respeito à formação em educação sexual. A baixa percentagem apresentada com relação a formação continuada e o acesso às duas formas de

formação mostram de forma nítida a consequência das dificuldades apresentadas na formação desses educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados deste trabalho, foi possível contemplar o seu objetivo de conhecer as concepções dos docentes atuantes em escolas públicas e privadas acerca da homofobia neste ambiente e quais são suas práticas pedagógicas perante essas situações. Diante disso, é salutar a importância de uma educação libertadora, a qual visa potencializar o aprendizado sobre a educação sexual a partir das discussões que tangenciam a temática - como a própria diversidade sexual, a sexualidade e o gênero - e que já se fazem presentes naquele meio estudantil.

Dessarte, apesar dos resultados contemplarem os objetivos, observou-se que a metodologia de coleta de dados - questionário a partir do *Google Forms* - trouxe consigo limitações, uma vez que as respostas foram dadas de forma curta e objetiva, por vezes não havendo a possibilidade de extração de um conteúdo mais aprofundado. Para além disso, a falta de perguntas relacionadas à possibilidade do docente ter sido a vítima do preconceito, impossibilitou uma análise que abrangesse ainda mais essa interligação entre a docência e essa temática. Indicamos como possibilidade de estudos subsequentes o esquadramento dessa pergunta, ademais a isso, a investigação mais especificamente sobre o bullying e suas consequências sofridos, tanto por docentes, quanto por discentes LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: Por que frequentam?. Miriam Abramovay; Mary Garcia Castro; Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília - DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf. Acesso em: 08/09/2021

ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 421-449, mai./ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200007>

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: às experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em:

<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 08/09/2021

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, v. 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, v.10, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em 07/09/2021.

COSTA, Angelo Brandelli. **Preconceito contra orientações não-heterossexuais no Brasil: Critérios para avaliação**. Orientador: Henrique Caetano Nardi. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERREIRA, Taisa de Sousa. Diversidade Sexual na Escola: Formação Docente, Práticas Pedagógicas e Exclusão. **Entrelaçando**: Revista Eletrônica de Culturas e Educação, Cruz das Alma - BA, v. 01, n. 09, p. 44-57, Out. 2013.

GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA: A EDUCAÇÃO SEXUAL NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2011. Disponível em: 10.17648/educare.v6i11.4802. Acesso em: 26 set. 2021.

GUIZZO, Bianca Salazar; RIPOLL, Daniela. Gênero e Sexualidade na Educação Básica e na Formação de Professores: Limites e Possibilidades. **Holos**, v. 6, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.2945>.

LIONÇO, T., & DINIZ, D. **Homofobia & Educação**: Um Desafio ao Silêncio. Brasília: Editora UnB, 2009.

MADUREIRA, A. F., & BRANCO, Â. U. Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as. **Temas em Psicologia**, Vol. 23, n. 33, p.577-591. 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12372/1/21508203.pdf>

MARTINS, D. dos S. GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.L.], v. 7, n. 7, p. 938-948, 31 jul. 2021. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educacao. <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v7i7.1734>.

NOGUEIRA, N. S, et al. Educação sexual no contexto escolar: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. **HOLOS**, v. 3, p. 319-327, 2016. Doi: 10.15628/holos.2016.2302. Acessado em: 11/09/2021

SANTOS, M. A. dos; JESUS, C. C. dos S. de; MIRANDA, A. C. de S. GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM

PROFESSORAS. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 11, n. 1, p. 67-81, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2021v11n1p67-81>

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, v.16, n. 1, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/MsXMqHwb9wm36rZ3DsrXVks/?lang=pt&format=pdf>

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, n. 15 (2), pp 71-79. 1990. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Vol. 19, n. 2, p. 561-572. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38119942017>

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, n.41, p. 791-806. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>